



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DA REITORIA

Endereço: BR 465, KM 7, Centro – Seropédica, CEP: 23897-970
Telefone: (21) 2682-1080, 2682-1090 – E-mail: gabinete@ufrj.br

Portaria GR n.º 1042/GR de 11 de novembro de 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 9º, Inciso XVII, do Regimento Geral desta Universidade,

CONSIDERANDO os entendimentos uniformizados pela Orientação Normativa n.º 06, de 18 de março de 2013, publicada no DOU de 20/03/2013, no tocante à concessão dos adicionais disciplinados pelos artigos 68 a 72 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pelo artigo 12 da Lei n.º 8.270, de 17 de dezembro de 1991, pelo Decreto n.º 97.458, de 11 de janeiro de 1989, e pelo Decreto n.º 877, de 20 de julho de 1993;

CONSIDERANDO as conclusões de laudo técnico pericial emitido pela Comissão designada pela Portaria UFRRJ/GR n.º 1.391, de 15/08/2013, anexada ao processo n.º 23083.008911/2013-81, bem como o contido no Memorando 25/2014, após vitórias nas dependências do Restaurante Universitário do Campus de Seropédica.

CONSIDERANDO que o adicional de insalubridade foi suspenso em virtude de determinação do Egrégio Tribunal de Contas da União;

CONSIDERANDO, ainda, que foram realizados laudos relativos aos locais de trabalho e que não houve descontinuidade das atividades exercidas por cada servidor durante o período em que o pagamento dos adicionais foi suspenso;

RESOLVE:

I- Conceder a partir de 01 de maio de 2013, adicional de insalubridade de grau médio, no percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre o Vencimento Básico dos servidores da Tabela de Vencimentos da Carreira dos Cargos Administrativos em Educação das IFES, aos servidores que habitualmente labora em condições insalubres (Risco Físico – motivo calor), a seguir relacionados:

SIAPE	Nome	Cargo
0386799	Maria Lúcia Damásio de Oliveira	Cozinheira

II - Compete à Divisão de Assistência à Saúde do Trabalhador da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- DAST, sob pena de responsabilidade, fiscalizar a continuidade dos pressupostos que originaram a concessão dos adicionais de Insalubridade, comunicando imediatamente ao Departamento de Gestão de Pessoas - DEGEP, as situações que podem alterar ou eliminar as condições e riscos nos locais de trabalho.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ressalvado o disposto no Inciso I.


Ana Maria Dantas Soares
Reitora